

REPETIÇÃO E COORDENAÇÃO*
(Repetition and Coordination)

Roberto Gomes CAMACHO & Erotilde Goretí PEZATTI (*Universidade do Estado de São Paulo -S.J. Rio Preto*)

ABSTRACT: Based on the principle that the cognitive motivation pervades all levels of the grammar of a language, the basic aim of this paper is to explore the hypothesis that the coordinative processes of conjunction and disjunction result from a perceptual-cognitive transference of common mechanisms of repetition. By means of a multifunctional analysis of coordination, it is showed that term connection is the model that activates sentence connection processes at which additive and alternative junctives establish content relations at ideational level, and epistemic and speech act relations at the interactional level.

RESUMO: Com base no princípio de que a motivação cognitiva perpassa todos os níveis da gramática de uma língua, este trabalho tem como principal objetivo explorar a hipótese de que os processos coordenativos de conjunção e disjunção resultam de uma transferência perceptual de mecanismos comuns de repetição. Mediante uma análise multifuncional da coordenação, demonstra-se que a ligação de termos é o modelo que ativa os processos de ligação de orações em que os juntores aditivo e alternativo estabelecem relações de conteúdo no nível ideacional e relações epistêmicas e ilocucionárias no nível interacional.

KEY WORDS: Coordination; Conjunction; Disjunction; Repetition.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação; Conjunção; Disjunção; Repetição.

0. Palavras iniciais

Admitindo que compõem a linguagem os sub-sistemas discursivo, semântico e sintático, Castilho (1994), propôs, como hipótese de trabalho, que três processos discursivos constituem a modalidade falada: construção, reconstrução e descontinuação.

* Esse artigo é o resultado da fusão de trabalhos anteriores dos autores, desenvolvidos no âmbito do Projeto de Gramática do Português Falado (V. a esse propósito Camacho 1998 e Pezatti 1998).

A construção é o processo central da linguagem, já que incide diretamente sobre a organização das unidades semântico-discursivas e gramaticais e sua representação fonológica. A reconstrução é um processo fortemente vinculado à remissão anafórica, representando o modo como se organiza a recorrência de formas e de conteúdos. Já a descontinuação representa um processo de ruptura na elaboração do texto, de que resultam hesitações, pausas, elipses e anacolutos.

Embora o autor mencione “língua falada” e deixe transparecer que o escopo do processo de construção abrange as modalidades falada e escrita, por ser este o processo central de constituição da linguagem, é difícil não admitir que os outros dois também abarquem a modalidade escrita. O traço diferenciador é sempre uma questão de grau: as condições de produção típicas da modalidade falada, em que planejamento e execução ocorrem *on line*, acarretam um grau maior de reconstrução e descontinuação.

Em trabalho mais recente, Castilho (1997) se refere aos domínios discursivo, gramatical e semântico como módulos constitutivos da linguagem referenciados no Léxico, considerando-o componente primitivo, já que não se deriva de nenhuma outra instância da linguagem. O autor admite, então, que os módulos, todos verbais, são administrados por processos cognitivos pré-verbais, que fluem, não unilinearmente, pelos diferentes módulos e que se podem identificar como ativação, reativação e desativação, termos que substituem, respectivamente, os sugeridos em Castilho (1994), acima mencionados, como construção, reconstrução e desativação¹.

Postula a ativação como o processo de codificação gramatical e textual por excelência, mediante o qual a seleção de itens, que suscitem propriedades semânticas, discursivas e gramaticais, ativa, “(i) no Discurso, a constituição do texto, de suas unidades e formas de conexão; (ii) na Semântica, a constituição dos sentidos lexicais, dos significados composicionais e das significações contextuais; (iii) na Gramática, a constituição das sentenças e de suas representações sintática, morfológica e fonológica” (Castilho, 1997: 303).

A reativação, antes denominada reconstrução, fica mantida como o processo cognitivo que suscita itens e propriedades previamente ativadas.

¹O autor admite que a mudança resultou do fato de ter-se dado conta de que todos os processos implicam sempre a construção de enunciados.

O interesse central deste trabalho não é discutir os postulados teóricos, que se acham ainda em fase de elaboração, mas examinar especulativamente como os processos de ativação e reativação podem ser ilustrados no uso de conectores conjuntivo e disjuntivo do português falado, participando, assim, de uma justa homenagem ao Professor Ataliba Teixeira de Castilho, cujo caráter ativo e empreendedor aponta para duas linhas sempre convergentes: a de instigador e a de pesquisador.

A característica instigadora se delineia claramente no perfil de organizador de importantes programas de investigação, como o Projeto de Gramática do Português Falado, do qual participamos como pesquisadores, e no de coordenador de GTs, como os que promoveu sobre o tema da repetição em congressos da ALFAL, de que, pelo menos no último, participamos como debatedores.

A característica de pesquisador se esboça principalmente na posição sempre aberta a mudanças, cujo caso exemplar se observa nos dois momentos, acima mencionados, em que postula processos (1994) e, em seguida, reformula postulados (1997), fato que demonstra, por si só, rigor na busca da verdade científica que sabemos não ser absoluta.

Por conseguinte, consideramos que a melhor forma de homenagear uma das mais importantes figuras da lingüística brasileira é explorar, neste trabalho, um tema que representasse os dois aspectos assinalados de seu perfil. Resta saber se a homenagem estará à altura do homenageado. Mas aí a história já é outra.

1. Relação entre coordenação e repetição

A repetição, tradicionalmente considerada pelos compêndios de Gramática Tradicional como um vício de linguagem, vem sendo reavaliada, não apenas como um recurso expressivo, mas sobretudo como um mecanismo fundamental da organização textual-interativa do discurso falado. Na interação face-a-face, os participantes empregam, com muita frequência, desde a simples repetição literal até construções paralelas no nível sintático (cf. Koch, 1994). A repetição é, assim, produto do processo de reativação.

Tratar a coordenação, em sua manifestação conjuntiva e disjuntiva, como uma forma de repetição, não constitui nenhum exagero. Tannen (1987) inclui entre as repetições uma construção em que palavras completamente diferentes

são enunciadas no mesmo paradigma sintático e rítmico de um sintagma ou frase precedente, como em (1):

(1) *Here's Columbus Circle, here's Central Park West.*
(Tannen, 1985, p. 30)

Observe-se que esse exemplo é uma forma de justaposição de orações. Não custa mais que inserir um conectivo para que essa construção represente uma relação de conjunção.

Além disso, as relações de conjunção e de disjunção poderiam ser o resultado de uma transferência perceptual-cognitiva dos processos comuns de repetição explícita, embora raramente com reduplicação formal, hipótese que examinaremos. Com efeito, a conjunção e a disjunção de orações raramente faz uso da repetição de estrutura, embora esteja semanticamente comprometida com uma equivalência sintática e semântica. Não obstante, é um mecanismo formal disponível na sintaxe da língua, só possível mediante uma repetição tácita, que pode deixar de sê-lo. Em (2a), a repetição é um recurso discursivo empregado para facilitar a compreensão do interlocutor, já um tanto dificultada em razão da carga informacional que habitualmente procede de uma aula:

(2) a. *maneira do homem pré-histórico era... Basicamente eu preciso comer... e eu preciso:: ...me defender dos animais e eu preciso me esquentar na medida do possível...* (EF-SP-405: 109-13)

Desenvolvendo o postulado de que os atos de linguagem envolvem processos de ativação, reativação e desativação, defenderemos a hipótese de que, embora a coordenação seja o resultado do processo de ativação, é possível considerar que tenha sua gênese cognitiva no processo de reativação.

Justamente por evitar a repetição, a conjunção e a disjunção de orações vêm sendo tratadas mais como um fenômeno de eclipse. De um ponto de vista funcional, a eclipse é um fenômeno motivado pela distribuição de informação: é muito mais freqüente apagarem-se constituintes que representam informação velha e conservarem-se os que representam informação nova. Por conseguinte, a decisão pela escolha de conjunção com repetição, como (2a) e de conjunção sem repetição, como (2b) depende crucialmente de compromisso interacional com o interlocutor:

(2) b. *a maneira do homem pré-histórico era... Basicamente eu preciso comer...me defender dos animais e me esquentar na medida do possível...* (EF-SP-405: 109-13)

Este trabalho organiza-se em duas partes. Na primeira, examinam-se a conjunção e a disjunção de termos; na segunda, a conjunção e a disjunção de orações em estruturas simétricas e assimétricas, descrevendo-se os processos que envolvem tanto a junção de estados de coisas, no nível ideacional, quanto a junção de conteúdos epistêmicos e de atos de fala, no nível interacional. Os exemplos que ilustram a exposição são, em sua maioria, retirados de um *corpus* de língua falada culta².

2. A conjunção e a disjunção de termos

Dik (1980) trata a coordenação como expansão de constituintes, um enfoque funcional que exclui a possibilidade de apagamento de constituintes em estruturas mais complexas. O esquema contido em (3) fornece uma representação formal do processo:

$$(3) \alpha \rightarrow \alpha', \alpha^2, \dots, \alpha^n \quad (n \geq 2)$$

Esse esquema opera sobre algum elemento α , expandindo-o numa série n-ária de elementos coordenados. Podem-se distinguir os seguintes níveis de atuação do processo de coordenação: (i) coordenação de termos; (ii) coordenação intra-termos; e (iii) coordenação de orações.

Termo para Dik (1989) designa entidades do mundo; sendo assim, a coordenação de termos representa uma espécie de atalho que permite ao falante explicitar dois estados de coisas com um único predicado. Desse modo, em orações como *João e Maria viram um fantasma*, e *Ou Lula ou FHC será o próximo presidente*, os termos representam duas funções sintáticas e duas funções semânticas. Há, portanto, dois estados de coisas, representados pelas paráfrases *João viu um fantasma e Maria viu um fantasma* e *Ou Lula será o próximo presidente ou FHC será o próximo presidente*.

Na coordenação intra-termos, não há a duplicação, de modo que dois termos são coordenados numa única função semântica e sintática, como se

²O universo da investigação é constituído por uma amostragem do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que constitui, por sua vez, uma amostragem do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, historiado por Castilho (1990).

observa em *João e Pedro compraram um livro (o dinheiro não dava para comprar dois exemplares)*, que constitui, então, um único estado de coisas.

Em qualquer nível da estrutura sentencial pode ocorrer o processo com a condição necessária de que termos coordenados tenham identidade de função sintática e de função semântica. Essa condição universal, denominada Condição do Constituinte Coordenado (Coordinate Constituent Constraint, doravante, CCC) foi defendida por Schachter (1977), como uma formalização da idéia de “equivalência estrutural” contida na definição comum de coordenação. Constituintes ligados por coordenação devem ser sintática e semanticamente correlatos; caso contrário, a sentença resultante é anômala.

Assim, se a função de Sujeito ou de Objeto for atribuída a um termo de uma série coordenada, a mesma função sintática deve ser assinalada a todos os termos da série. A aplicação dessa regra exclui construções como (4a-b e 5a-b):

- (4) a. *?João e por Pedro acertaram o cachorro.*
 b. *?João acertou o cachorro e por Pedro.*

- (5) a. *?João ou por Luís quebrou o vaso.*
 b. *?João quebrou o vaso ou por Luís.*

Além da identidade sintática, a gramaticalidade da coordenação de termos deve ser assegurada pela identidade de função semântica. A aplicação dessa condição exclui a possibilidade de construções como (6a-b) e (7a-b):

- (6) a. *?João e a chave abriram a porta.*
 b. *? João ou a chave abriu a porta.*
 (7) a. *?João comeu com sua mãe e com bom apetite.*
 b. *? João come frequentemente ou com bom apetite.*

Em (6a-b), argumentos na função semântica de agente e instrumento são coordenados como sujeito; (7a-b) soam estranhas por haver coordenação de termos na função de satélites de companhia e modo.

A CCC formaliza, como se afirmou acima, a intuição de que estruturas coordenadas de termos apresentam equivalência estrutural, com base em dois princípios: são constituintes hierarquicamente equivalentes e o conjunto resultante exerce a mesma função sintática e semântica que o faria um termo

singular na mesma posição sintática. É essa condição que representa o processo de reativação, postulado por Castilho (1997) na coordenação de orações. Trata-se aqui, obviamente, de reativação de função, não de termos, como ocorre no processo comum de repetição, embora nem aí esteja assegurada a identidade fônica e conceptual dos constituintes reativados, pois, como mostram estudos sobre repetição, essa não é uma regra necessária para a ocorrência do processo, cujas condições de realização apontam para a existência dos mais diversas graus de identidade fônica e conceptual dos termos reativados.

Koch (1994), por exemplo, elenca um exemplo de repetição orientada para o falante, empregada para ganhar tempo para o planejamento da elocução. Em (8) a repetição, após um falso começo exerce a função de preenchedora de pausa. Observe-se que os SNs *uma delas* e *uma das gêmeas* não representam identidade formal:

- (8) *uma delas... uma de/ah uma das gêmeas... quer ser arquiteta... decoradora...(...)* (D2-SP-360: 1233-8, Apud Koch, 1994, p. 156)

Tannen (1985) aponta para a existência de pelo menos dois extremos contrastivos no fenômeno; um deles, que ela denomina *repetição precisa*, consiste num mecanismo relativamente raro mediante o qual a mesma idéia é expressa pelas mesmas palavras com padrão entonacional e qualidade de voz similares; o outro, que ela denomina *repetição parcial*, pressupõe que, apesar de haver transformações ou variações, o significado similar é expresso com palavras e padrões entonacionais ligeira, significativa ou inteiramente diferentes. No caso de haver, por exemplo, palavras totalmente diferentes, como ocorre de certa forma no exemplo (8) acima, o processo de repetição seria o equivalente de uma paráfrase, fenômeno que, todavia, Tannen exclui de seu estudo, por defender a relação entre repetição e natureza formulaica da linguagem, que não se aplicaria à paráfrase (apud Travaglia, 1989).

Das propriedades representadas na CCC, resulta uma terceira a de que termos coordenados são livremente intercambiáveis, sem provocar qualquer alteração no conteúdo final da sentença, como se observa por exemplo em (9a) e sua paráfrase em (9b). A intercambialidade é uma propriedade definidora dessa modalidade estrutural de repetição implícita na coordenação:

(9) a. *e que o estilo e a arte sempre vão refletir uma ma-NEI-ra de considerar o mundo e a natureza* (EF-SP-405:107).

b. *e que a arte e o estilo sempre vão refletir uma ma-NEI-ra de considerar a natureza e o mundo.*

3. A conjunção de orações

A conjunção de orações pode subordinar-se a uma proposição de nível superior, comportando-se assim como termos. Exercem, nesse caso, funções sintáticas diversas no predicado de nível superior, seja como argumentos, seja como satélites, conforme se observa em (10a-b):

(10) a. *agora, uma escola se compõe de um.... um... local em que haja condições do estudante ter aula e do professor dar a sua aula* (DID-SSA-231:368).

b. *em função da necessidade de eu assegurar.... a caça... e continuar podendo comer* (EF-SP-405:180).

Esses dados mostram a função marcadamente textual da ligação entre orações, observada particularmente por Halliday & Hasan (1976), que subcategorizam a conjunção de orações num uso aditivo ou estrutural e num uso coesivo. Esses dois usos, representados no exemplo acima por (10a) e (10b) respectivamente, foram anteriormente identificados por R. Lakoff (1971) como conjunção simétrica e conjunção assimétrica.

Um bom critério para decidir se o conjunto é simétrico ou assimétrico é verificar se seus membros coordenados admitem mudança potencial de ordem. Caso admitam, as orações são independentes uma da outra e, portanto, representam o processo de coordenação estrutural, como ocorre tipicamente com (11):

(11) *João fritou o bife, Maria temperou a salada e Antonio refogou a couve.*

Por mudança potencial deve-se entender a adequação necessária do enunciado aos processos comuns de remissão anafórica, tal como ocorre em (12a) e (12b):

(12) a. *João fritou o bife e (Ø) temperou a salada.*

b. *João temperou a salada e (Ø) fritou o bife.*

O caso prototípico de bloqueio da mudança potencial da ordem das orações e, conseqüentemente, de conjunção assimétrica, é constituído por pequenos fragmentos narrativos em que cada evento segue necessariamente o outro de acordo com a seqüência temporal, como demonstra o exemplo (13):

(13) *cheguei em casa, vi televisão e depois vim para cá pra pra conversar* (D2-RJ-355:87).

Há outros fragmentos de eventos não narrativos, representados abaixo pelo exemplo (14), que, ainda assim, representam uma seqüência cronológica.

(14) *põe aquele refogado ali dentro e tapa, vai ao forno* (D2-POA-291:139).

Outro caso menos nítido de seqüenciação aparece no exemplo (15) que, todavia, sugere a representação de diferentes fases num processo maior.

(15) *eles pescam muito peixe de rio e usam muito na alimentação* (DID-RJ-328:131).

A assimetria de (13-15) - mudança de ordem = mudança de interpretação da sentença - é aparentemente devida às convenções icônicas da ordem de palavras na narrativa. A ordem das orações é paralela ao mundo real, em termos dos eventos descritos nas orações, tornando-se, assim, desnecessário adicionar mais especificação na ordenação temporal dos eventos narrados.

Em si mesmo, o juntivo *e* não indica sucessão temporal (tal significado pode ser atribuído, por exemplo, a *depois* na seqüência *e depois* de (13); mas a ordem das duas orações pode, por convenção, ser icônica em relação à seqüência real dos eventos descritos. Sweetser (1991) propõe que esse uso narrativo é de fato somente um dos muitos modos de explorar a interação da linearidade inerente da linguagem com o conceito geral de “pôr coisas lado a lado”.

O tópico comum compartilhado nem sempre está explicitamente manifesto e identificável numa conjunção simétrica, como nos casos prototípicos observados em (13-15). Existem enunciados, como (16) abaixo, cuja identidade é implícita, embora incontestável, já que *fazer salada e lavar talheres* constituem duas atividades parciais relacionadas ao domínio comum de *cozinhar*:

(16) *Maria está fazendo a salada e Paulo está lavando os talheres.*

Outros enunciados, como (17), constituem casos-limite em termos de tópico comum e, por isso, nem sempre têm a aceitabilidade garantida:

(17) *José fuma três maços por dia e eu conheço muitas pessoas que sofrem de câncer.*

Diferentemente dos casos explícitos de identidade semântica, para que enunciados como esses possam ter um tópico comum, é necessário combinar itens explicitamente manifestos, pressuposições e deduções para obter uma afirmação de identidade, cujo resultado deve envolver pelo menos um dos itens lexicais em cada membro da conjunção que, no caso de (17), é *José*.

Observem-se agora (18a) e (18b):

- (18) a. *José fumava três maços e contraiu câncer.*
 b. *José fumava três maços por dia e contraiu câncer (portanto você pode tomar o mesmo caminho se continuar fumando tanto).*

A sentença (18a) é uma boa resposta para “O que aconteceu a José?”, enquanto (18b) é boa resposta para “Por que você não gosta que eu fume?”. Os tipos diferem porque, na conjunção simétrica, é necessário que somente partes das orações ligadas possam ser relacionadas por pressuposição, de modo a assegurar a dedução de um tópico comum. Na conjunção assimétrica, são as duas orações ligadas, como um todo, que contraem a relação, não partes delas.

Em vez de eventos narrativos colocados lado a lado, como em (18a), (18b) manifesta premissas lógicas colocadas lado a lado. A ordem das premissas é significativa e o sentido se alteraria com a inversão de ordem das orações; contudo, a mudança não ocorreria na ordenação temporal de estados de coisas, mas na proposição que foi tomada como logicamente precedente no domínio do conteúdo epistêmico.

No exemplo (18b), o valor conclusivo é tanto um produto da ordem icônica de palavras, quanto o valor temporal de (18a), que pode também envolver suposições de causalidade no mundo real. Entretanto, a ordenação icônica de (18b) se baseia em processos lógicos, não em eventos do mundo real. Dessa sentença, pode-se tirar apenas um resultado epistêmico, uma conclusão que resulta de premissas previamente enunciadas (cf. Sweetser, 1991).

Para entender (18b), o interlocutor deve lançar mão de sua experiência, de seu conhecimento de mundo, ou ainda do discurso prévio que compartilhou, e supri-lo com fatos adicionais que permitam estabelecer um elo entre uma parte de uma oração e uma parte da outra (Lakoff, 1971). É necessário fazer uma pressuposição sobre fumo e câncer e executar deduções baseadas nessas pressuposições e suas relações com os elementos manifestos no enunciado. Uma pressuposição está baseada no senso comum de que fumo demais provoca câncer. Deduz-se daí que pessoas que contraem câncer são, ou podem ser, as que fumam demasiadamente, estabelecendo-se um domínio comum entre José e as demais pessoas que fumam muito.

Um esforço mental ainda maior para elaborar uma dedução baseada em algum tipo de identidade semântica é o que se depreende de (19):

(19) *Dez homens couberam no fusca e eu pago cerveja para todo mundo.*

Essa sentença parece ser razoavelmente interpretável, se considerarmos que o locutor realiza um ato de fala no segundo membro da coordenação, decorrente do estado de coisas que de fato ocorreu, expresso no primeiro membro. Em (19), a mera forma das partes denuncia o fato de que não pode estar envolvida a conjunção normal no domínio do conteúdo, devendo ser antes interpretada como significando algo como “Eu declaro que pago cerveja para todo mundo”, leitura que atribui ao segundo membro da conjunção a interpretação de um verdadeiro ato de fala.

4. A disjunção de orações

Embora *ou* tenha sido freqüentemente tratado como operador lógico, esse junctivo compartilha um conjunto muito mais abrangente de funções do que a conjunção lógica de proposições.

Com efeito, nas línguas naturais, são necessárias três condições para que haja disjunção (cf. Charaudeau, 1992; Oliveira, 1995). A primeira é que pelo menos um elemento de uma das asserções disjuntas seja semanticamente idêntico a um dos da outra. (20), por exemplo, preenche esta condição:

(20) *mas é preciso que eu aplique*, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa, ou que eu tenha a habilidade de passar mais rápido pelo guardinha *porque senão, eu (es) tou multada na primeira esquina* (EF-POA-278:197).

Nessa disjunção, uma entidade da primeira asserção (*eu*) se repete na segunda. Não é necessário, entretanto, que se repitam seqüências de itens lexicais; como na relação de conjunção, a repetição pode ocorrer com base em outros mecanismos, como anáfora zero, como em (21), ou especificações semânticas, como em (22). Enfim, nas disjunções que ocorrem em situações reais de comunicação oral ou escrita, deve haver um eixo semântico comum aos termos disjuntos, sobre o qual se dá a oposição entre eles. Na verdade esse elemento idêntico, por ser repetido, tende a ser omitido:

(21) *para então... ele dizer... se há malignidade ou não* nesse nódulo (EF-SSA-49:90).

(22) *ela vai dizer também que eu não posso aplicar, também sem fazer uma análise ou aplicação, então vamos voltar aqui* (EF-POA-278:175).

A segunda condição é a existência de uma terceira asserção equivalente ao domínio semântico representado pelo eixo comum às asserções disjuntas. Essa asserção, posta ou pressuposta, deve ser mais geral que as outras duas, podendo, na maioria das vezes, ser introduzida por um conector adversativo. Isso significa que, quando se diz “(OU) A OU B”, admite-se uma dessas hipóteses, A ou B, MAS, em qualquer delas, põe-se ou pressupõe-se C, que se crê verdadeira, quer prevaleça A, quer prevaleça B. É o que ilustram as ocorrências (23) e (24):

(23) *não tem importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação* o importante é que o processo se realize (EF-POA-278:211).

(24) *hoje você paga o dobro ou o triplo* mas você paga o dobro ou o triplo pela desvalorização do dinheiro (D2-RJ-335:117).

A terceira condição impõe que o locutor desconheça a seleção a operar, o que se pode manifestar por meio do emprego da interrogação (direta ou indireta), do imperativo, de construção hipotética e de construção declarativa referente a fatos futuros, representados respetivamente em (25-28):

- (25) a. *a senhora acha que houve alguma evolução ou:: ou que tenha regredido o cinema atualmente?* (DID-SP-234:359)
 b. *há muita... discussão aí entre posições opostas de que se o Japão seria uma economia ou um país desenvolvido.* (EF-RJ-379:223)

- (26) *então, faz esse refogado e põe tomate*, um ou dois tomates.
(D2-POA-291:192)
- (27) *porque* quando ele vai aferir ou vai investigar experimentar o homem... *não é o que o homem diz... do experimento de laboratório mas sim o que o homem realmente está pensando...*
(EF-RE-337:142)
- (28) *além naturalmente do departamento jurídico que é a peça ... de GRANDE importância ... porque* vai tratar exatamente de todas aquelas questões... de contrato ou de distrato
(DID-RE-131:240).

Como o aditivo, o conector alternativo pode representar relações simétricas e assimétricas entre os membros coordenados. No primeiro caso, as duas alternativas são mutuamente exclusivas mas equivalentes e independentes uma da outra, permitindo assim a mudança de ordem; já no uso assimétrico, a segunda alternativa depende da primeira, por isso não é permitida a inversão.

Desse modo, para duas opções independentes, das quais pelo menos uma é verdadeira, seria tão razoável dizer “se não B, então A”, quanto dizer “Se não A, então B”, há, portanto, uma ordenação livre entre os membros da disjunção e, por isso, irrelevante.

A ordem de disjuntos assimétricos, por outro lado, reflete a prioridade de uma oração sobre a outra, ou a dependência do segundo em relação ao primeiro: o membro primário, independente, precede o secundário, dependente. Os dois não precisam ainda ser mutuamente exclusivos em si mesmos, isto é, quando se diz (29), não significa que os dois eventos descritos *não poderiam* ambos ocorrer, mas implica que há um relacionamento unidirecional entre eles.

- (29) *Todo fim de semestre, João envia um capítulo pronto de sua tese ou no dia seguinte seu orientador liga reclamando.*

Considerando “Todo fim de semestre João envia um capítulo pronto de sua tese” como A, e “seu orientador liga reclamando” como B, pode-se argumentar usando somente a coordenação alternativa assimétrica “se não A, então B”. Sabe-se, na verdade, que, no mundo real, A não somente é temporalmente anterior, mas realmente exerce uma influência *causal* em B, e

que o contrário não pode ser verdadeiro: de modo algum a reclamação subsequente do orientador influencia o envio prévio de um capítulo pronto da tese por João.

Sweetser (1991) reinterpreta a condição de identidade tópica entre os membros da disjunção (primeira condição de Charaudeau) e os casos de simetria e assimetria de R. Lakoff, mostrando que o juntivo *ou* atua tanto no nível do conteúdo, quanto no epistêmico ou mesmo no ilocucionário, rotulados de “disjunções retóricas” por Lakoff.

No domínio do conteúdo, empregar *ou* indica que um dos disjuntos deve descrever o genuíno estado de coisas no mundo real; repete-se, portanto, dois estados de coisas. Assim, a interpretação de (30),

- (30) *há muita... discussão aí entre posições opostas de que se o Japão seria uma economia ou um país desenvolvido.* (EF-RJ-379:223),

como ‘discute-se muito sobre’, ou “o Japão é uma economia desenvolvida” ou “o Japão é um país desenvolvido”, descreve a situação verdadeiramente. O mesmo ocorre em (31),

- (31) *é um controle muito natural* ou você não tem filhos ou vai ser é castrado (EF-RJ-379:205),

cuja interpretação de ‘ou se evita filhos por algum meio anticonceptivo’ ‘ou se é castrado’ verdadeiramente descreve o futuro estado de coisas.

A relação entre estados de coisas é o único emprego de *ou* tratado sistematicamente pelos estudiosos e gramáticos, que ignoram as outras funções, como a de juntor de inferências (uso epistêmico) e de atos de fala (uso ilocucionário).

Observe-se a sentença (32):

- (32) *O orientador de João vai ligar amanhã reclamando, ou (então) ele já enviou um capítulo pronto de sua tese.*

A interpretação provável de (32) é que os dois membros da disjunção são conclusões epistêmicas tiradas da evidência disponível e não como estados alternativos possíveis do mundo real: as duas orações não expressam

alternativas possíveis do mundo real, mas alternativas epistêmicas normais. Presume-se que uma predição proposta sobre o comportamento futuro de alguém está baseada em alguma inferência do que de fato ocorre habitualmente. Contudo, desde que não oferecemos usualmente predições com a intenção de que sejam consideradas incorretas, o falante não pode, cooperativamente, estar oferecendo alternativas genuínas. O que está em discussão em (32) não são alternativas do mundo real, mas somente alternativas epistêmicas e uma não tem prioridade definida sobre a outra (cf. Sweetser 1991). A mesma interpretação epistêmica se aplica a (33) que, diferentemente de (32), contém orações disjuntas em relação simétrica:

- (33) A - *O João entregou a tese no prazo?*
 B - *A gráfica atrasou a encadernação ou ele não fez as correções a tempo (portanto ele não entregou a tese no prazo).*

Observe-se, agora, a sentença (34):

- (34) *Entregue a tese no prazo ou você perde a bolsa.*

Na disjunção assimétrica acima, o segundo membro da coordenação dá suporte para o enunciado expresso no primeiro membro, de modo que o receptor é obrigado a escolher entre seguir a ordem dada ou ver realizar-se a segunda força ilusionária, que é um ato de ameaça. Como presumivelmente o receptor desejará afastar a segunda alternativa, o efeito da disjunção é o de uma ordem reforçada. A interpretação da disjunção como ato de fala representa ordens, sugestões e perguntas, como se reinterpreta, nos termos de Sweetser, o exemplo acima contido em (34).

5. Considerações finais

No equacionamento da coordenação disjuntiva e conjuntiva, tratamos os vários usos de *e* e de *ou* como casos de ambigüidade pragmática³. Essa expressão sugere que há uma única forma fonológica em que se alojam pelo menos três diferentes valores semânticos, conforme se aplique o juntivo aos níveis do

³Uma palavra ou um sintagma é ambíguo quando tem dois diferentes valores semânticos. É também possível, porém, que uma forma lingüística tenha somente um valor semântico, mas ainda assim, múltiplas funções. Um exemplo saliente é a ambigüidade pragmática da negação (Horn, 1985, *apud* Sweetser, 1991): cp. *Ela não está alegre, ela está triste e Ela não está alegre, ela está em êxtase*. A diferença é que, no primeiro caso, entende-se a semântica da negativa como aplicada ao conteúdo da palavra *alegre*, enquanto, no segundo caso, como aplicada a alguma asserção subentendida de natureza epistêmica. É o uso da negação que varia, não seu sentido.

conteúdo, ao lógico-epistêmico e ao ilocucionário. Por outro lado, tratamos os casos de coordenação como expansões de estruturas equivalentes sintática e semanticamente, o que os aproxima dos casos de repetição, um compromisso teórico marcadamente funcionalista. Desse modo foi possível avaliar positivamente a hipótese de que há uma relação de mão dupla entre os processos de ativação e reativação, postulados por Castilho (1997).

Pela própria característica do processo de coordenação, os juntivos aditivo e alternativo compartilham entre si a condição de equivalência estrutural entre partes dos membros coordenados, que os dados analisados cumprem exemplarmente. Tal exigência formaliza-se na identidade simultânea de função semântica e de função sintática dos termos coordenados.

Os juntivos *e* e *ou* atuam no nível do conteúdo, como coordenadores de estados de coisas; no nível epistêmico, como coordenadores de relações lógico-argumentativas e, no nível ilocucionário, como coordenadores de atos de fala. Essa permeabilidade pelos diferentes níveis não chega a ser surpreendente. A literatura aponta para um caso muito ilustrativo, o do advérbio *agora*, que se esvazia de seu valor dêitico, na expressão da temporalidade, para exercer uma função textual de articulação tópica, fortemente prospectiva, já que favorece a continuidade discursiva (cf. Ilari et al., 1990; Risso, 1993).

É curioso observar, entretanto, que a necessidade de identidade semântica perpassa os juntivos *e* e *ou* nos níveis semântico-textual e pragmático em que atuam, de modo a manter nitidamente a unidade na diversidade. Se é extremamente visível no nível da junção simples de conteúdo, no epistêmico e no ilocucionário, a visibilidade da identidade semântica se enfraquece, mas se mantém como inferências e deduções a partir de esquemas referenciais e cognitivos.

Também não causa estranheza que a função dos juntivos aditivo e alternativo para a construção do texto e para a construção do jogo interacional esteja arraigada no uso estritamente estrutural, nos termos de Halliday & Hasan (op. cit.), que tem o papel específico de ligar idéias semanticamente equivalentes, uso que parece derivado da mesma estruturação cognitiva do espaço físico que nos permite a habilidade de “pôr coisas lado a lado”. Conseqüentemente, a multiplicidade de valores semânticos é parte constituinte da economia das línguas naturais humanas.

Aprende-se também uma lição muito importante propiciada pela análise

dos juntivos *e* e *ou*: a semântica de seu campo lexical parece ser inerentemente estruturada por uma compreensão cultural multi-estratificada da linguagem e do pensamento, como sustenta a lingüística cognitiva (cf. Lakoff, 1987 e, especialmente, Sweetser, 1991). Conseqüentemente, na mesma medida em que se modela a compreensão de processos lógicos e de pensamento com base na compreensão do mundo físico e social, modela-se a expressão lingüística em si, em particular no uso da coordenação, não somente como uma descrição do mundo, mas também como ação no mundo sendo descrito, e mesmo como uma conclusão de um raciocínio argumentativo.

O exame da coordenação parece tornar possível a hipótese de que as relações conjuntiva e disjuntiva resultam de uma transferência perceptual-cognitiva dos processos comuns de repetição. A natureza propriamente implícita da repetição na conjunção e na disjunção, comprometida com uma equivalência sintática, semântica, pode ser indício de que apenas constitui uma fase mais elaborada e mais complexa do mecanismo de repetição. Sua expressão icônica mais simples talvez se encontre em processos, como morfemas reduplicativos que indicam pluralidade, expressão que reflete a iconicidade em sua dimensão diagramática (Haiman, 1980).

Os casos mais simples de repetição se localizam inicialmente na coordenação simples e, no nível do período, na conjunção de conteúdo. Os casos mais complexos parecem dizer respeito a associações semânticas, baseadas em dedução e pressuposição, num nível superior de abstração, em que a equivalência necessária, que faz a base da repetição, encontre sua melhor definição em processos metonímicos e metafóricos. Só isso bastaria para demonstrar que, ao lançarem mão de um processo mais básico, o de reativação, como uma verdadeira fonte de criatividade gramatical, os falantes são reais construtores e quase nunca meros reprodutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMACHO, R.G. (1998) Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M.H.M (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP (no prelo).
- CASTILHO, A. T. (1990) O português culto falado no Brasil - história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D, URBANO, H. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, V.IV - Estudos. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp, p. 141-97.
- _____. (1994) Problemas de descrição da língua falada. *D.E.L.T.A.* 10 (1): 47-71

- ____ (1997) Para uma sintaxe da repetição - língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura* 23 : 293-330.
- CHARAUDEAU, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris:Hachette.
- DIK, S. (1980) Term coordination. *Studies in Functional Grammar*. New York: Academic Press, p. 191-208.
- ____ (1989) *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris.
- HAIMAN, J. (1980) The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language* 56: 515-540.
- HALLIDAY, M.A.K. , HASAN, R. (1992) *Cohesion in English*. London: Longman.
- ILARI, R. et al. (1990) Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (org.) *Gramática do Português Falado*. v. 1: A ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 63-141.
- KOCH, I.G.V.(1994) Funções retóricas e interativas da repetição. *Boletim ABRALIN* 15: 153-8.
- LAKOFF, R. (1971) If's and's and but's about conjunction. In: FILLMORE, Ch, LANGENDOEN, D.T. (Eds.) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 114-149.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, fire and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: University Press.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca. de. (1995). Os conectores da disjunção. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 28: 45-58.
- PEZATTI, E.G. (1998) Estruturas coordenadas alternativas. In: NEVES, M.H.M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP (no prelo).
- RISSE, M. S. (1993)“Agora... o que eu acho é o seguinte”: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A.T. (Org.) *Gramática do português falado*. Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, p.31-60.
- SCHACHTER, P. (1977) Constraints on coordination. *Language* 53: 86-103.
- SWEETSER, E. (1991) *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TANNEN, D. (1985) *Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ____ (1987)Repetition in conversation as spontaneous formulaicity. *Text*. 7(3): 215-43.
- TRAVAGLIA, L.C. (1989) Considerações sobre a Repetição na Língua Oral e na Conversação. *Letras&Letras* 5(1-2): 5-62.